

**PROJETO DE TRABALHO SOCIAL PRELIMINAR
(PTS-P)
PROGRAMA PRÓ- MORADIA**



Loteamento Vida Nova

Tapejara/RS,
Maio de 2023.

ÍNDICE:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Página
	DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	3
1-	INTRODUÇÃO	4
2-	CARACTERÍSTICAS SÓCIOTERRITORIAL DA ÁREA DE INTERVENÇÃO	5
3-	CARACTERÍSTICA DA POPULAÇÃO CADASTRADA	7
4-	CARACTERÍSTICA DA POPULAÇÃO SELECIONADA	7
5-	JUSTIFICATIVA DO TRABALHO TÉCNICO SOCIAL	8
6-	OBJETIVOS	9
6.1-	OBJETIVO GERAL	9
6.2-	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	10
7-	COMPOSIÇÕES DA EQUIPE TÉCNICA	11
8-	CUSTO DO TRABALHO TÉCNICO SOCIAL	12
9-	METODOLOGIA/ESTRATÉGIAS DE EXECUÇÃO DO TRABALHOS SOCIAL	12
10-	REGIME DE EXECUÇÃO	15
11-	CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	16
12-	ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	17



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Empreendimento: Loteamento Vida Nova

Endereço: Rua Vereador Jurandir Bogoni

Bairro: Treze De Maio

Nº do contrato: 0614356-00

Órgãos Financiadores:

Programa: Pró-Moradia

Órgão executor: Prefeitura Municipal / Secretaria De Habitação

Endereço: Rua do Comercio, 1468.

CEP: 99950-000

Bairro: Centro

Município: Tapejara

UF: RS

Fone: (54) 3344-4700

Diretor geral: Prefeito Municipal Evanir Wolff

Responsável Técnica do PTS-P: Suély Paim Pontel – CRESS/RS 14856 – 10ª Região

Número de famílias beneficiárias: 123 famílias

Valor inicial do PTS-P: R\$ 267.900,00 (duzentos e sessenta e sete mil e novecentos reais), correspondendo à 2,5 % do valor de investimento, do instrumento de repasse/financiamento.

Prazo do Trabalho social: Total de 47 meses, sendo:

- 02 meses na Pré-contratação com elaboração do PTS-P, (por profissionais do município);
- 01 mês para realização do processo licitatório para contratação de empresa terceirizada, que irá elaborar o Projeto de Trabalho Social e executá-lo
- 01 mês para elaboração do PTS,
- 43 meses para a execução do PTS, incluindo-se 06 meses de trabalho pós ocupação/obras.

1- INTRODUÇÃO

Tapejara localiza-se na Região Sul do Brasil, no Estado do Rio Grande do Sul, sendo que neste situa-se a nordeste, na zona de relevo do planalto médio, pertencente à microrregião noroeste do Rio Grande do Sul e microrregião geográfica de Passo Fundo, sua economia é baseada na produção agrícola e principalmente no setor industrial. O município de Tapejara/RS, segundo dados do IBGE possui uma população estimada em **24.973 habitantes**, tendo um crescimento elevado de sua população ocasionado pelo desenvolvimento industrial o qual gera empregos e atrai pessoas que buscam se estabelecer no Município em busca de uma melhor qualidade de vida e de oportunidades, gerando dessa forma também consequências sociais, sendo uma delas o grande déficit habitacional.

A Secretaria Municipal de Habitação da Prefeitura Municipal de Tapejara/RS possui hoje um **cadastro habitacional com 966 famílias com necessidades de unidades habitacionais, inscritas no CadÚnico**, que atualmente pagam aluguel, comprometendo um grande percentual de seu salário mensal, muitas morando em condições insalubres, seja pela falta de lugar adequado ou para reduzir o custo mensal com aluguel, sendo muitas dessas famílias com mães chefes de famílias, pessoas idosas, pessoas portadoras de deficiências, com renda mínima para manutenção de sua família.

Com o objetivo de proporcionar melhores condições de habitação e principalmente dignidade e vida nova a muitas dessas famílias, o Município de Tapejara/RS adquiriu, com recursos próprios, uma área de 45.860 m², conforme matrícula 23.961 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Tapejara/RS, destinado exclusivamente à implantação de Programa Habitacional de Interesse Social, conforme gravado até mesmo em matrícula, estabelecendo a mesma área como zona ZEIS, por meio do Decreto Municipal 5.027 de 14 de março de 2022. A partir disso, o Município de Tapejara/RS, planejou e projetou um loteamento habitacional que atendesse da melhor maneira possível toda essa parcela da população, estabelecendo assim o **Loteamento Habitacional Vida Nova**.

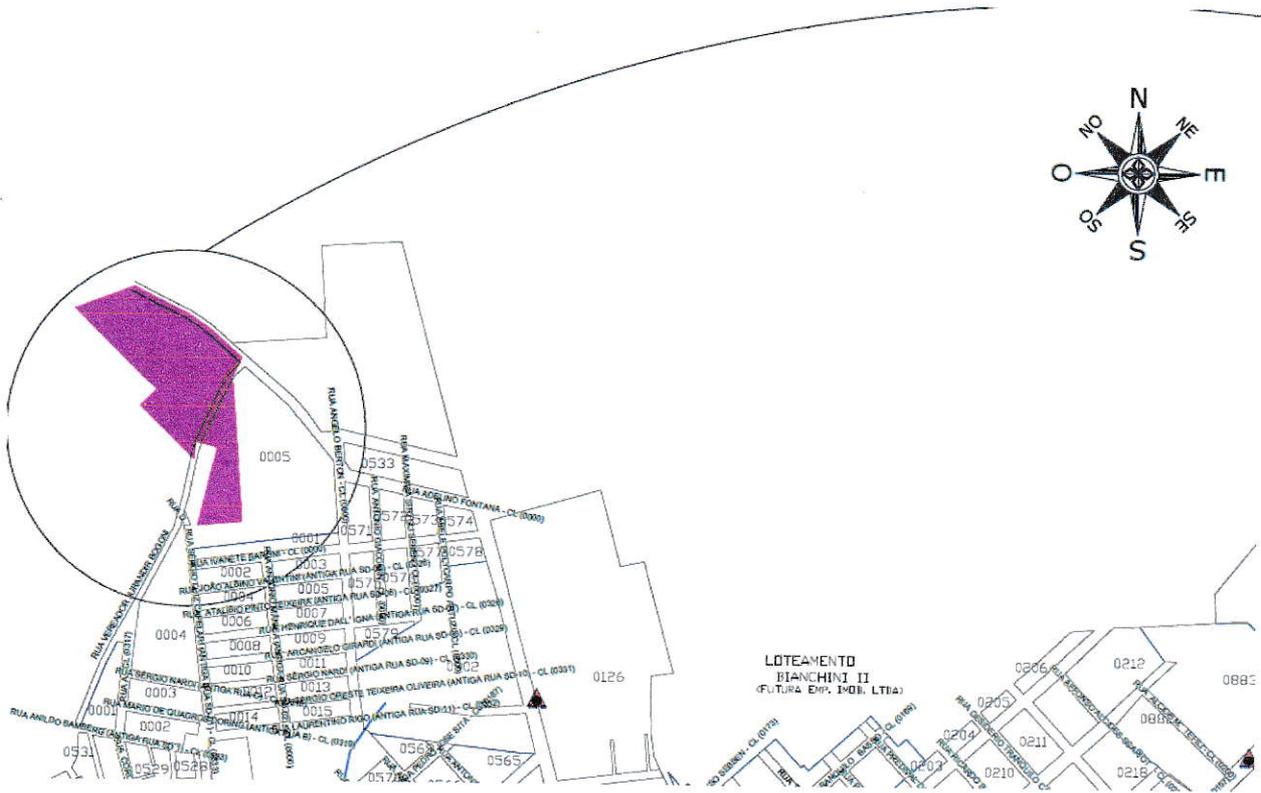


2- CARACTERÍSTICAS SÓCIOTERRITORIAL DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

O Município de Tapejara/RS busca realizar a construção das **123 unidades** habitacionais, e após a concessão das mesmas aos beneficiários, enquadrados nos requisitos exigidos pelo Pró-Moradia e pela legislação habitacional municipal, possuindo ainda uma parcela de mais de 20% destinado a fundo perdido às famílias sem condições de algum pagamento, sendo que para as demais se estabelece um percentual como contrapartida do município e um pequeno montante para que a família realize mensalmente, em um longo espaço de tempo, o recolhimento de parcela aos cofres públicos, possibilitando que esses recursos retornados possam ser investidos em novos programas habitacionais para a população que ainda aguardará por imóveis.

O município de Tapejara/RS estará realizando a pavimentação de todas as ruas do loteamento, bem como ao seu entorno, fazendo parte também todos os passeios públicos com arborização, sinalização de trânsito horizontal e vertical, rede de drenagem pluvial, rede de água tratada, rede de energia elétrica e iluminação pública, com saneamento básico em cada lote, proporcionando assim também saúde a todos os moradores que ali terão sua vida nova, contemplando ainda no loteamento uma área centralizada de uso público com 2.212,50m², onde será construída uma praça de lazer com playground e todos os equipamentos públicos necessários para o lazer, saúde e bem estar das famílias, possuindo também uma área pública de 918,90m² destinada para implantação futura de uma creche, escola e/ou unidade básica de saúde, onde os montantes de toda essa infraestrutura serão superiores a R\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais) executados, na sua grande maioria, com recursos próprios.





Mapa de Situação e Localização



LEGENDA

	Área de uso público - Lazer
	Área de uso público - Equipamentos Urbanos
	Área Institucional

QUADRO DE ÁREAS		
	ÁREA(m²)	%
Área total dos Lotes	21.158,65	46,1375%
Área total de uso público - Lazer	2.212,50	4,8245%
Área total de uso público - Equip. Urbanos	2.380,78	5,1914%
Área total de uso público - Institucional	918,90	2,0037%
Área total das Ruas	19.189,17	41,8429%
ÁREA TOTAL DO LOTEAMENTO	45.860,00	100,0000%



Suelly Paiva Pontel

bil

3- CARACTERÍSTICA DA POPULAÇÃO CADASTRADA

Com base nos cadastrados habitacionais, realizou-se análise de **523 cadastros**, de famílias com renda familiar de até 2 salários mínimos. O total de pessoas, integrantes nessas família, soma **1.778 pessoas**, ou seja, uma média de 3,4 pessoas por família. O levantamento dos dados servem de base para a classificação dos beneficiários do programa pró-moradia no município de Tapejara/RS.

As famílias cadastradas do programa pró-moradia, residem na zona urbana do município em seis bairros, onde **292 são mulheres chefes de família (entre 18 a 50 anos)**, sendo as atividades laborais do núcleo familiar de maneira formal e informal: 209 famílias possuem emprego formal e 121 empregos informais. Contudo, os comprovantes das atividades laborais e/ou declarações de renda ficam na faixa de 1 a 2 salários mínimos, onde se predomina o trabalho em empresas do município e de trabalho diarista. Ao que tange as formas de moradias, os cadastros analisados demonstram que 102 famílias encontram-se em situação de moradia cedida e 348 pagam aluguel quando realizaram inscrição no cadastro habitacional do município. Vale ressaltar que 04 pessoas em situação de rua realizaram o cadastro.

Outro dado importante são os números de idosos nos componentes familiares ficando em torno de **57 idosos (pessoas com mais de 60 anos)**. Em relação às **pessoas com deficiência seja física, mental ou intelectual se apresentou o número de 27 pessoas** das diversas faixas etárias.

Na grande maioria dos cadastros analisados constatou-se a predominância do perfil de vulnerabilidade socioeconômica entre os núcleos familiares e múltiplos dependentes das faixas etárias usuários de outras políticas públicas.

4- CARACTERÍSTICA DA POPULAÇÃO SELECIONADA

A seguir iremos informar dados pontuais das **123 famílias** que serão beneficiadas pelo Pró-Moradia.



- Número de famílias: **123**
- Número total de pessoas: **418**
- Número de adultos: **187**
- Número de crianças e jovens, considerando aqui 0 a 18 anos: **212**
- Número de idosos: **13**

- Número de deficientes físicos ou mentais: **10**
- Mulheres chefes de Família: **69**
- Homens chefe de família: **03**

Da renda:

- Famílias que recebem meio salário mínimo: **05**
- Famílias que recebem 1 salário mínimo: **62**
- Famílias que recebem até 2 salários mínimos: **56**
- Famílias que recebem BPC: **09**
- Famílias que recebem só Auxílio Emergencial: **37**

Da escolaridade: Não consta em nossos arquivos, mas iremos atualizar.

- Analfabetos Funcionais:
- Ensino Fundamental completo:
- Ensino Fundamental incompleto:
- Ensino médio completo:
- Ensino médio Incompleto:
- Ensino superior completo e ou em curso:

Deverá ser seguida a norma 3% das UH devem ser adaptadas.
Previsão de reserva de 3% (três por cento) das unidades residenciais para atendimento a pessoas com deficiência, conforme disposto no inciso I do art. 32 da Lei n. 13.146, de 2015, que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

5- JUSTIFICATIVA DO TRABALHO TÉCNICO SOCIAL

Com a Política Nacional de Habitação, o trabalho social passou a ser parte obrigatória dos projetos de intervenção habitacional. Trata-se de uma atividade essencial a ser realizada com as famílias beneficiadas pelos projetos. Esse tipo de trabalho envolve várias



[Handwritten signature]

ações, que se iniciam antes da obra e continuam após a mudança dos moradores. Com a exigência do trabalho social e dos investimentos em habitação dos últimos anos, especialmente com o PAC e o Programa Minha Casa Minha Vida, uma série de projetos de intervenções vem sendo desenvolvida nos vários municípios brasileiros. Os programas de Habitação de Interesse Social têm como objetivo viabilizar à população de baixa renda o acesso à moradia adequada e regular, bem como aos serviços públicos, reduzindo a desigualdade social e promovendo a ocupação urbana planejada. Isso se dá por meio de apoio aos municípios, aos estados e ao Distrito Federal com a elaboração de planos locais de habitação.

Sendo assim, a Caixa contribui também para reduzir o déficit habitacional e os impactos ambientais causados pelas ocupações irregulares e habitações precárias localizadas em áreas de risco e de preservação ambiental através do Programa Pró-Moradia. O propósito Trabalho Social é fundamental para possibilitar a mediação das diversidades de situações, a articulação dos encaminhamentos a partir das demandas dos beneficiários e para preparar os moradores para a moradia no empreendimento e para a apropriação do ambiente construído, estimulando a organização da população e a sua permanência no imóvel. Para tanto, será necessário um trabalho pautado na construção da cidadania, na conservação, no pertencimento e na autonomia de toda a comunidade.

6 - OBJETIVOS

6.1- OBJETIVO GERAL

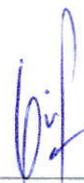
Promover a participação efetiva dos beneficiários por meio de atividades socioeducativas, no empoderamento dos mesmos na apropriação do ambiente construído, estimulando à organização da população, a gestão comunitária, a preservação do patrimônio, o fortalecimento dos laços de vizinhança e a sua permanência no imóvel, além



de educação sanitária, ambiental, para a saúde visando à melhoria nas condições de vida das famílias beneficiadas nos aspectos econômico, social e educacional.

6.2- OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Atuar no sentido de disponibilizar meios para que estas famílias efetivamente melhorem sua condição socioeconômica;
- Socializar as informações acerca dos Projetos Urbanístico, Arquitetônico e Social do futuro empreendimento, às lideranças e ao conjunto da população beneficiária de modo que apreciem as especificações do futuro empreendimento, as tipologias das unidades habitacionais e os equipamentos comunitários;
- Estimular a participação comunitária através da formação de comissões representativas possibilitando o envolvimento, apropriação e protagonismo dos representantes, no que se refere ao acompanhamento do projeto;
- Mobilizar as comunidades beneficiárias a participarem das diferentes etapas do processo, tanto antes, quanto após o remanejamento, possibilitando maior apropriação e pertença ao novo local de moradia e com o entorno;
- Estimular os beneficiários de modo que protagonizem mudanças na qualidade de vida e inserção social;
- Estabelecer uma relação de parceria e corresponsabilidade junto aos beneficiários visando à gestão sustentável dos equipamentos comunitários e demais benfeitorias previstas no futuro empreendimento;
- Promover espaços de reflexão e debates junto aos beneficiários, fortalecendo os processos democráticos, a troca de experiências e de informações, agregando também, discussão referente à aquisição de novos conhecimentos e hábitos comportamentais;
- Assegurar a manutenção dos laços culturais e sociais das famílias;



- Estimular o empoderamento da cidadania e melhoria da qualidade de vida;
- Melhorar as condições socioambientais das famílias realocadas;
- Construir parcerias em torno do futuro empreendimento com entidades e empresas, com vistas à inclusão dos beneficiários nos serviços existentes;
- Promover constante monitoramento e avaliação do PTS (Projeto de Trabalho Social), visando o desenvolvimento das ações previstas, de forma conjunta com as comissões representativas equipes envolvidas.

7- COMPOSIÇÕES DA EQUIPE TÉCNICA

A coordenação do Projeto de Trabalho Social será por um técnico indicado pela Prefeitura Municipal Tapejara e a execução através de uma equipe social contratada para esse fim.

Profissional	Formação	Quantidade	Carga horaria semanal
Coordenador/ técnico responsável pelo projeto	Graduação em nível superior, preferencialmente em serviço social ou sociologia, com experiência na área habitacional	01	40 horas
Assistente Social	Graduação em serviço social	01	30 horas
Psicólogo	Graduação em psicologia	01	40 horas
Auxiliar Administ	Mínimo Ensino médio completo	01	40 horas

OBS: Esses profissionais são servidores efetivos do município, não necessitando aporte financeiro ou Repasse/Financiamento.

8- CUSTO DO TRABALHO TÉCNICO SOCIAL

ESPECIFICAÇÃO	SERVIÇO	PTS	TOTAL
Repasse/Financiamento			
Contrapartida (Financeira)	Contratação empresa terceirizada, para elaborar e executar o Projeto Social	R\$ 267.900,00	R\$ 267.900,00
Contrapartida Serviços, profissionais do município	150 Horas semanais de serviços profissionais: Coordenador, assistente social, psicóloga e auxiliar administrativo. Serviços de elaboração do /PTS-P, acompanhamento e fiscalização da execução do PTS, e prestação de contas a Caixa Econômica Federal.	0,00	0,00
TOTAL		R\$ 267.900,00	R\$ 267.900,00

9- METODOLOGIA/ESTRATÉGIAS DE EXECUÇÃO DO TRABALHOS SOCIAL

Será realizada a contratação de empresa terceirizada para realização dos serviços, através de processo licitatório, devendo a mesma seguir rigorosamente os parâmetros legais constantes na **Portaria do Ministério das Cidades, nº 464, de 25 de julho de 2018**, para elaboração e execução do Projeto Social, bem como entrevistar as famílias novamente, com objetivo saber se tivemos algumas alterações no grupo.

Deverão ser trabalhados os eixos constante na portaria supracitada, sendo cada um deles conforme segue:

- a) **Mobilização Social e Fortalecimento social:** Se valer de estratégias, que para além de informar a população, fortaleça a participação das famílias, durante todo o processo, manter contato, criar grupos, aproximar as famílias, fazer uso de organizações existentes na localidade, objetivando fortalecimento de vínculos, desejo de participação e fomentando que as famílias sejam protagonistas.
- b) **Acompanhamento e gestão social da intervenção:** pensar ações que mobilizem e mantenham as famílias informadas e presentes, nas etapas do processo de desenvolvimento do projeto, que desperte nas famílias, o sentimento de pertencimento, que se envolvam na resolução de possíveis problemas que surgirem, bem como evitando outros, auxiliando desta forma, a plena execução do projeto como um todo.

- c) **Educação Ambiental e patrimonial:** considerando que a região, possui áreas verdes nas proximidades, este eixo deve atuar fortemente, no sentido de promover ações, que possibilitem a alteração de hábitos e ou a iniciação de hábitos, que promovam a preservação do meio ambiente, atuar com coleta separação do lixo, descarte correto otimizando a sustentabilidade ambiental e elevando assim a qualidade de vida. Já a educação patrimonial, sugerimos que se estabeleça, com atividades pedagógicas, que estimulem as famílias, a efetivar manutenção permanente de seus imóveis, e comunidade, se possível elaborar uma cartilha descrevendo memorial descritivo dos imóveis, e como deverá se dar a manutenção cuidado do mesmo, objetivando sua longevidade, tratar ainda de assuntos como conteúdo do contrato, não venda do imóvel, e demais ações que venham contra o objetivo do projeto.
- d) **Desenvolvimento socioeconômico:** efetuar diagnóstico junto as famílias, de modo a perceber suas habilidades e preferências no mundo do trabalho, com base neste estudo, pensar a promoção de cursos profissionalizantes, (sistema S), que oportunizem a qualificação da mão de obra, dos membros da família, de modo estarem melhores capacitados para concorrer a vagas de trabalho, e ou elevar a renda familiar. Também neste item case salientar a importância em trabalhar ações acerca do orçamento doméstico, planejamento e administração, expandido estes conceitos, da família para a comunidade local, bairro e município fortalecendo o pensar coletivo e a importância de planejar e saber administrar.

O projeto será desenvolvido com a participação dos beneficiários, para tanto será necessário a formação do CAO-Comissão de Acompanhamento das Obras, fomentando a sensação de pertencimento de cada cidadão, bem como dando lisura a todas as fases do projeto.

A empresa executora deverá disponibilizar de "Plantão Social", ao menos 01 dia por da semana, o qual tem por objetivo manter local fixo, o qual poderá ser na Secretaria de Habitação do município onde as famílias sempre que tiverem dúvidas acerca do programa, consigam de pronto ser atendidos. Será exigido que o Projeto de Trabalho Social, detalhe, qual será a metodologia e objetivo a ser utilizado em cada atividade, bem como a questão financeira senha detalhada com custos estimados por gêneros/segmentos.

Poderá a empresa, contar com a rede municipal em todos seus seguimentos, desde que previamente efetivada parceria, para realizar atividades com as famílias.



A elaboração do cronograma das atividades deverá ser construída coletivamente com os adquirentes, e amplamente divulgado, de modo a “respeitar/ consultar”, a disponibilidade e melhores horários para realização das atividades, onde em outras experiências, definiram-se os horários noturnos e ou sábados. As atividades constantes neste PTS, deverão atingir minimamente 70% da população, para serem aceitas como realizadas, pois, entendemos que a participação dos atores é fundamental para o sucesso do Trabalho Social, com a valorização das experiências e vivências do grupo, como base para a reflexão e construção de novos referenciais de convivência e a incorporação de novos conceitos com previa justificativa (por parte da empresa contratada), do não alcance dos 70%, devidamente descrita em relatório a ser entregue a Técnica Social responsável pelo projeto do Poder Executivo.

Sugere-se que as atividades (exceto teatros/fórum e cursos profissionalizantes), sejam trabalhadas com as 123 famílias, divididas em dois grupos, de no **máximo 62 pessoas por grupo**, objetivando aperfeiçoar as ações e favorecer a absorção do conteúdo, visto que trabalhos desenvolvidos em grupos não populosos possibilitam melhor qualidade de resultados, envolvendo as famílias de maneira participativa, para tanto se recomenda a utilização de dinâmicas em grupos, ações lúdicas, oficinas, utilização de recursos audiovisuais, criatividade para desenvolver as ações tornando-as atrativas a todos os adquirentes.

Ao término de cada atividade fica acordado que o técnico responsável, pela mesma irá efetuar lista de presença, registro fotográfico, ata, resultado da avaliação individual por parte dos adquirentes e Relatório de Acompanhamento (notas fiscais se for o caso), os quais devem ser entregues (impressos e digitalizados) junto a Secretaria Municipal de Habitação de Tapejara, que no máximo dez dias após a realização das atividades, efetuará a prestação de contas junto à Caixa Econômica Federal.

10- REGIME DE EXECUÇÃO

O regime de Execução será MISTO, onde profissional Assistente Social do Executivo, ira elaborar o PTS-P, na fase pré-contratual.

Posteriormente, a elaboração e execução do PTS, será terceirizada, e acompanhada por profissional do município.

Referente ao processo licitatório, estamos analisando a forma Pregão e ou Tomada de Preços, o regime será empreitada integral (projeto mais execução), acreditamos que ambos, terão 15 dias para ocorrência, mais 15 dias para formalizar contrato e 5 dias para ser liberada ordem de serviço e dar início aos trabalhos.



12- ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Todo trabalho social será acompanhado por profissionais responsáveis e secretaria de habitação, avaliada por estes juntamente com os beneficiários ao término de cada atividade realizada, considerando os objetivos e as metas propostas, o número de participantes nos trabalhos e o aspectos físicos do empreendimento pós-obra, sendo que as avaliações serão devidamente registradas em atas, listas de presença, registros fotográficos e questionário de avaliação.

Tapejara / RS, 30 de maio de 2023.


Suely Paim Pontel

Assistente Social

CRESS/RS 14856 – 10ª Região


Evanir Wolff

Prefeito Municipal.